



Santa Casa da Misericórdia  
das Lajes do Pico

# **PROPOSTA DE REVISÃO ESTATUTÁRIA**

**(Assembleia Geral de 12 de março de 2015)**

# Índice

CAPÍTULO I - NOME, NATUREZA, SEDE, ÂMBITO DE ACÇÃO E FINS .....	4
<b>Denominação, Fim e Natureza Jurídica</b> .....	4
Âmbito, Duração e Princípios .....	4
Objetivos.....	5
Bandeira.....	5
Dos Irmãos de Misericórdia .....	5
CAPÍTULO II - Irmãos .....	6
Admissão e Readmissão .....	6
Deveres.....	6
Direitos .....	7
<b>Infração, Sanção e Processo Disciplinar</b> .....	7
<b>Perda da qualidade de Irmão</b> .....	8
Exclusão .....	8
Atividade Espiritual e Religiosa .....	8
CAPÍTULO III - Órgãos Sociais .....	9
SECÇÃO I - Disposições Gerais .....	9
Órgãos Sociais .....	9
Mandato Social, <b>Posse e Exercício de Funções</b> .....	9
Exclusividade, Inelegibilidade e Impedimentos .....	9
Condição do Exercício do Cargo.....	10
Forma de Obrigar .....	10
Responsabilidade dos Titulares .....	10
Impedimentos.....	11
Deliberações e Atas.....	11
SECÇÃO II – Assembleia Geral.....	11
Estatuto, Composição e respetiva Mesa .....	11
Competências .....	11
Reuniões da Assembleia Geral.....	12
Forma de convocação .....	13
Quórum e funcionamento .....	14
Voto e Representação dos Irmãos .....	14
<b>Convocação da Assembleia Geral pelo Tribunal</b> .....	14
<b>Comissão Provisória de Gestão</b> .....	15
<b>Direito de ação</b> .....	15
SECÇÃO III – Mesa Administrativa .....	15
Estatuto e Composição.....	15
Competências .....	16

Competência dos membros da Mesa Administrativa .....	17
Funcionamento .....	17
SECÇÃO IV - Conselho Fiscal .....	18
Estatuto e Composição .....	18
Competência .....	18
Funcionamento .....	18
Criação e Competência .....	19
Destituição dos Órgãos Sociais .....	19
CAPÍTULO IV – Processo Eleitoral .....	19
Disposições Gerais .....	19
Formalização de Candidaturas .....	19
Verificação de Candidaturas, Reclamações e Forma de Votação .....	20
Proclamação dos Eleitos e Comunicações .....	20
CAPÍTULO V - Disposições Diversas .....	20
Património .....	20
Realização de obras, alienação e arrendamento de imóveis .....	21
Rendimentos .....	21
Gastos .....	21
Exercício, Atividade Económica e Meios Financeiros .....	22
Orçamento de Exploração Previsional e Investimentos e Plano de Atividades .....	22
Relatório de Atividades e Contas do Exercício .....	22
Beneméritos e Honorários .....	23
Sucessão de Instituições .....	23
Dissolução .....	23
Dúvidas e Omissões .....	24
Norma transitória .....	24

# IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DAS LAJES DO PICO

Fundada a 14-11-1592

## COMPROMISSO

### CAPÍTULO I - NOME, NATUREZA, SEDE, ÂMBITO DE AÇÃO E FINS

#### Artigo 1.º

##### Denominação, Fim e Natureza Jurídica

1. A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia das Lajes do Pico, também abreviadamente denominada de *Irmandade da Misericórdia*, remonta à época do povoamento, trazida pelos primeiros habitantes que se fixaram na ilha do Pico, nos remotos anos do século XV. Por Alvará régio de 14 de Novembro de 1592 foram-lhe concedidos outros privilégios. Os primeiros estatutos foram aprovados em 28 de Dezembro de 1750.
2. É uma associação de fiéis cujo fim é a prática das *Catorze Obras de Misericórdia*, corporais e espirituais, visando o serviço de apoio solidário a todos os que precisam, bem como a realização de atos de culto católico de harmonia com o seu espírito tradicional, enformado pelos princípios do humanismo e da doutrina e moral cristãs.
3. Em conformidade com a natureza que provém da sua criação, a *Irmandade da Misericórdia* tem personalidade jurídica canónica e, para os efeitos daí decorrentes, enquanto irmandade, encontra-se sujeita ao Ordinário Diocesano de modo similar ao das demais associações de fiéis.
4. A *Irmandade da Misericórdia* tem, outrossim, personalidade jurídica civil, estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social e natureza de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública.

#### Artigo 2.º

##### Âmbito, Sede, Duração e Princípios

1. A *Irmandade da Misericórdia*, constituída por tempo indeterminado, tem a sua sede e exerce a sua ação no concelho das Lajes do Pico, aí podendo estabelecer delegações.
2. A *Irmandade da Misericórdia* pode igualmente estender a sua ação aos concelhos limítrofes ao da sua sede, desde que aí não exista outra Santa Casa da Misericórdia ou, existindo, não atue nessa área ou desenvolva esse objetivo.
3. Sem quebra da sua autonomia e independência e dos princípios que a criaram e a orientam, como irmandade de fiéis cristãos, a *Irmandade da Misericórdia* poderá, com vista à melhor realização dos seus fins:
  - a) Negociar e celebrar acordos e parcerias com o Estado Português, com Autarquias, com outras Irmandades da Misericórdia, com instituições particulares de solidariedade social e com outras entidades nacionais ou estrangeiras empenhadas na prática da solidariedade social;
  - b) Propor e aceitar a cooperação com outras entidades públicas ou particulares;
  - c) Empenhar-se em promover a colaboração e o melhor entendimento com as autoridades e as populações locais em tudo o que respeitar à manutenção e desenvolvimento das obras sociais, existentes ou a criar, designadamente através de atuações de carácter dinamizador e educativo;
4. A *Irmandade da Misericórdia* poderá constituir associações, uniões, federações e confederações com outras Santas Casas da Misericórdia, instituições do sector da economia social, entidades do sector público e organizações do sector privado, para criar ou manter, de forma regular e permanente, serviços ou equipamentos de utilização comum e desenvolver ações sociais de responsabilidade partilhada.

5. A *Irmandade da Misericórdia* é membro nato da União das Misericórdias Portuguesas, com todos os deveres e direitos inerentes a tal condição, assim como da União Regional das Misericórdias dos Açores.

### **Artigo 3.º**

#### **Objetivos**

1. Para concretização do seu fim, a *Irmandade da Misericórdia* pode desenvolver atividades de intervenção social, designadamente de:

- a. Apoio à infância e juventude, através do desenvolvimento de respostas sociais para crianças e jovens, crianças e jovens com deficiência e em situação de perigo;
- b. Apoio à população adulta, a idosos, a pessoas com deficiência e incapacidade, em situação de dependência, com doença do foro mental ou psiquiátrico, sem-abrigo e a vítimas de violência doméstica;
- c. Apoio à família e comunidade em geral;
- d. Promoção da saúde, prevenção da doença e prestação de cuidados na perspetiva curativa, de reabilitação e reintegração, designadamente através da criação, exploração e manutenção de unidades de saúde, de cuidados continuados e paliativos, serviços de diagnóstico e terapêutica, cuidados primários de saúde, bem como aquisição e fornecimento de medicamentos e assistência medicamentosa;
- e. Salvaguarda e defesa do património material e imaterial, artístico, religioso ou não;
- f. Promoção da educação, da formação profissional e da igualdade de género;
- g. Agricultura e produção animal;
- h. Habitação, turismo e intercâmbio social;
- i. Empreendedorismo e outras respostas e serviços enquadráveis no âmbito da economia social.

2. A *Irmandade da Misericórdia* pode, do mesmo modo, prosseguir outras atividades, a título gratuito ou geradoras de fundos, para garantir a sustentabilidade económico-financeira, por si ou em parceria ou por qualquer outra forma societária, desde que permitidas por lei e deliberadas pela Assembleia Geral.

3. Para a promoção dos seus fins compromissórios, a *Irmandade da Misericórdia* apoia e incentiva o voluntariado, promovendo a cooperação e a ética na responsabilidade.

### **Artigo 4.º**

#### **Bandeira**

1. A Bandeira é o símbolo representativo da *Irmandade da Misericórdia*.

2. O Brasão é composto por uma coroa mariana, pela imagem da S<sup>a</sup> de Lourdes, padroeira da Instituição, por um escudo ovalado com as Armas de Portugal, um escudo com uma cruz latina com resplendor de ouro sobre uma caveira com duas tíbias, passadas em aspa, com as letras MIZA.

3. Além da sua Bandeira denominada da Misericórdia, a *Irmandade da Misericórdia* usa os trajes habituais, designados por Opas.

4. A Assembleia Geral poderá deliberar a utilização de qualquer outro símbolo que se venha a entender por conveniente para a prossecução dos fins sociais, bem como a alteração ou atualização dos atuais símbolos e brasão.

### **Artigo 5.º**

#### **Dos Irmãos de Misericórdia**

1. Constituem a *Irmandade da Misericórdia* todos os seus atuais Irmãos e os que, de futuro, nela venham a ser admitidos.

2. O número de irmãos é ilimitado.

## CAPÍTULO II - Irmãos

### Artigo 6.º

#### Admissão e Readmissão

1. Podem ser admitidos como irmãos os indivíduos de ambos os sexos que reúnam as seguintes condições:
  - a. Sejam maiores de idade;
  - b. Gozem de boa reputação moral e social;
  - c. Aceitem os princípios da doutrina e da moral cristãs e revelem, pela sua conduta social ou pela sua atividade pública, respeito pela religião católica e pelos seus fundamentos;
  - d. Se comprometam ao pagamento de uma joia de entrada e uma quota mínimas, de forma, valores e periodicidade aprovados em Assembleia Geral;
2. A admissão de irmãos é feita mediante proposta assinada por um irmão e pelo próprio candidato, em que este se identifique e se obrigue a cumprir as obrigações de Irmão.
3. Tal proposta será submetida à apreciação e deliberação da Mesa Administrativa numa das suas reuniões ordinárias posteriores à apresentação nos Serviços Administrativos da *Irmandade da Misericórdia*, no prazo impreterível de sessenta dias.
4. Só se consideram admitidos os candidatos que tiverem reunido, em escrutínio secreto, a maioria qualificada de 3/4 dos votos dos membros da Mesa Administrativa que estiverem presentes.
5. Da rejeição da proposta de admissão cabe recurso para a Assembleia Geral, a interpor pelo proponente no prazo de trinta dias a contar da notificação, feita com a cominação.
6. A admissão de novos Irmãos terá efeito compromissário e legal depois da respetiva aprovação, após a qual serão inscritos no respetivo livro.
7. O pagamento da joia e da quota é devido com efeitos reportados ao primeiro dia do mês da respetiva admissão.
8. A readmissão de Irmão obedece aos mesmos termos da admissão.

### Artigo 7.º

#### Deveres

Todos os irmãos são obrigados:

- a) Ao pagamento da joia e da quota social a que se comprometeram;
- b) A desempenhar com zelo e dedicação os lugares dos Órgãos Sociais para os quais tiverem sido eleitos;
- c) A não cessar a atividade nos Órgãos Sociais para que foram eleitos sem prévia participação escrita e fundamentada ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.
- d) A observar, cumprir e fazer cumprir as disposições compromissórias e regulamentares da *Irmandade da Misericórdia*.
- e) A comparecer, sempre que possível, nos atos oficiais e nas solenidades e cerimónias religiosas ou públicas da responsabilidade da *Irmandade da Misericórdia* ou para as quais a Irmandade haja sido convidada.
- f) A divulgar os fins e a atividade prosseguidos pela *Irmandade da Misericórdia*, com vista a promover o incremento da atividade voluntária e o número de Irmãos, bem como a angariação de donativos e patrocínio de causas promovidas pela Mesa Administrativa ou por ela aprovados.
- g) A colaborar no progresso e desenvolvimento da *Irmandade da Misericórdia*, de modo a prestigiá-la e a torná-la cada vez mais respeitada, eficiente e útil.
- h) A honrar, defender e proteger a *Irmandade da Misericórdia* em todas as circunstâncias, em especial quando ela for injustamente acusada ou atacada no seu carácter de Instituição particular e eclesial, pro-

cedendo com reta intenção e ao serviço da verdade e do bem comum, sem ambições ou propósitos de satisfação pessoal, mas, antes e sempre, com o pensamento em Deus e nos Irmãos.

## Artigo 8.º

### Direitos

#### 1. Todos os irmãos têm direito:

- a. A assistir, participar e votar nas reuniões da Assembleia Geral;
- b. A ser eleitos para os Órgãos Sociais, contando que façam parte da *Irmandade da Misericórdia* há, pelo menos, um ano e tenham cumprido todos os deveres previstos no *Compromisso*;
- c. A inobservância do disposto no número anterior determina a nulidade da eleição do candidato em causa;
- d. A requerer a convocação de assembleias gerais extraordinárias, nos termos do 23.º, n.º 4, alínea b), do *Compromisso*;
- e. A visitar, gratuitamente, as obras e serviços sociais da *Irmandade da Misericórdia* e a utilizá-los com observância dos respetivos regulamentos, salvaguardando-se situações excecionais que careçam de acordo prévio;
- f. A receber um exemplar deste *Compromisso* e o cartão de identificação bem como a manter, devidamente atualizado, o seu número de irmão;
- g. A ser sufragado, após a morte, com os atos religiosos previstos no *Compromisso*;
- h. A propor a admissão de irmãos;
- i. A solicitar a exoneração da qualidade de Irmão;

#### 2. Os irmãos não podem votar nas deliberações da Assembleia Geral em que forem, direta ou pessoalmente, interessados.

#### 3. Os direitos dos Irmãos não podem ser reduzidos pelo facto de estes serem também seus trabalhadores ou beneficiários, salvo no que respeita ao voto nas deliberações respeitantes a condições e retribuições de trabalho, regalias sociais ou quaisquer direitos ou interesses que lhes respeitem.

#### 4. A qualidade de irmão não é transmissível, quer por ato entre vivos, quer por sucessão.

## Artigo 9.º

### Infração, Sanção e Processo Disciplinar

#### 1. Constitui infração disciplinar, punível com as sanções previstas no número seguinte, a violação grave e culposa pelo Irmão dos deveres consignados no *Compromisso* e nas disposições regulamentares aprovadas em Assembleia Geral.

#### 2. Os Irmãos que incorrerem em responsabilidade disciplinar ficam sujeitos, consoante a natureza, a gravidade e o carácter danoso da infração, às seguintes sanções:

- a. Advertência;
- b. Suspensão até doze meses;
- c. Exclusão.

#### 3. A graduação das sanções, a legitimidade e a competência para a sua aplicação, assim como a prescrição do procedimento disciplinar, constarão de regulamento próprio aprovado pela Assembleia Geral.

#### 4. A deliberação de aplicação de sanção disciplinar será sempre precedida da instauração de processo disciplinar pela Mesa Administrativa, individualizando-se por forma escrita as infrações imputadas, com audiência prévia de contraditório e garantias de defesa por parte do Irmão em causa.

## Artigo 10.º

### Perda da qualidade de Irmão

#### 1. Perdem a qualidade de Irmãos:

- a. Os que falecerem;
- b. Os que tiverem sido punidos com a pena de exclusão;
- c. Os que pedirem a respetiva exoneração;
- d. Os que deixarem de satisfazer as suas quotas por tempo superior a doze meses e que, depois de notificados por carta registada, não cumpram com esta obrigação no prazo de sessenta dias, ou caso a sua justificação não seja atendível.

## Artigo 11.º

### Exclusão

#### 1. Poderão ser excluídos da *Irmandade da Misericórdia* os irmãos que:

- a. Não prestarem contas de valores que lhes tenham sido confiados.
- b. Sem motivo justificado e atendível, se recusarem a servir os lugares dos Órgãos Sociais para que tiverem sido eleitos;
- c. Perderem a reputação moral e social;
- d. Voluntariamente causarem danos à *Irmandade da Misericórdia* ou que concorrerem, direta e culposamente, para o seu desprestígio;
- e. Tomarem publicamente atitudes hostis à religião cristã/católica.

#### 2. Da deliberação que aplique sanção de exclusão cabe recurso para a Assembleia Geral, a interpor pelo Irmão interessado, no prazo de trinta dias seguidos a contar da competente notificação, devendo o mesmo ser votado em reunião extraordinária até noventa dias após a sua interposição.

#### 3. O Irmão que por qualquer forma deixar de pertencer à *Irmandade da Misericórdia* não tem direito a reaver as quotizações que haja pago, sem prejuízo da sua responsabilidade por todas as prestações relativas ao período em que foi Irmão.

## Artigo 12.º

### Atividade Espiritual e Religiosa

#### 1. Nas diversas obras sociais e serviços da *Irmandade da Misericórdia* haverá assistência espiritual e religiosa e, para tal, a nomeação de um Capelão pelo Ordinário diocesano, sob apresentação da Mesa Administrativa.

#### 2. Como atos de expressão cultural celebrar-se-ão os seguintes:

- a. A missa anual da Visitação em honra da padroeira da Misericórdia, S<sup>a</sup> de Lourdes, a 11 de fevereiro;
- b. Exéquias anuais no mês de Novembro por alma de todos os irmãos, beneméritos e benfeitores falecidos, em dia a afixar, anualmente, pela Mesa Administrativa;
- c. A celebração de outros atos de culto que constituírem encargos aceites, especialmente a solenidade e procissão de Passos.



## CAPÍTULO III - Órgãos Sociais

### SECÇÃO I - Disposições Gerais

#### Artigo 13.º

##### Órgãos Sociais

São Órgãos Sociais da *Irmandade da Misericórdia* a Assembleia Geral, a Mesa Administrativa e o Conselho Fiscal.

#### Artigo 14.º

##### Mandato Social, Posse e Exercício de Funções

1. A duração dos mandatos dos Órgãos Sociais é de quatro anos.
2. O Provedor só pode ser eleito para três mandatos consecutivos.
3. Os membros da lista eleita entrarão em funções para o mandato social com a Posse perante o Presidente da Mesa da Assembleia Geral cessante ou seu substituto, em sessão que deverá ter lugar até ao 30.º dia posterior ao da eleição.
4. Caso o Presidente cessante da Mesa da Assembleia Geral não confira a posse até ao 30.º dia posterior ao da eleição, os titulares eleitos pela Assembleia Geral entram em exercício independentemente da posse, salvo se a deliberação de eleição tiver sido suspensa por procedimento cautelar.
5. Enquanto não se verificar a Posse dos membros eleitos, os membros cessantes dos Órgãos Sociais manter-se-ão em funções com poderes para atos de mera administração.
6. Se o Presidente da Mesa da Assembleia Geral cessante, ou o seu substituto, não conferir a Posse no prazo estabelecido, os membros dos Órgãos Sociais eleitos entrarão em exercício de funções, salvo se a *Irmandade da Misericórdia* for citada em processo de impugnação judicial do ato eleitoral.
7. No Livro de Posse são lavradas as atas das tomadas de posse com as assinaturas de todos os intervenientes e das testemunhas que o desejarem.
8. Antes de assinar a posse, cada membro eleito prestará o seguinte juramento: «Declaro, pela minha honra, servir bem o cargo para que fui eleito e observar e fazer observar o *Compromisso* desta *Irmandade da Misericórdia*, com a ajuda de Deus».
9. Quando a eleição tenha sido efetuada extraordinariamente fora do prazo, a Posse terá lugar no prazo de trinta dias após a eleição, sem prejuízo de o mandato se considerar iniciado no primeiro dia útil do último trimestre do ano em que ocorrerem as eleições.
10. A eficácia canónica da Posse conferida pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral depende da emissão do competente decreto de homologação por parte do Bispo Diocesano.
11. Incumbe aos Órgãos Sociais cessantes fazer a entrega de todos os valores, documentos, inventários e arquivos da *Irmandade da Misericórdia* aos Órgãos eleitos para novo mandato e até à posse destes, bem como informá-los, com rigor, de todas as circunstâncias relevantes que se possam repercutir na execução do mandato social.
12. A inobservância do disposto no presente artigo determina a nulidade da eleição.

#### Artigo 15.º

##### Exclusividade, Inelegibilidade e Impedimentos

1. Aos titulares dos Órgãos Sociais não é permitido o desempenho simultâneo de mais de um cargo na *Irmandade da Misericórdia*, assim como não é permitido o desempenho em simultâneo de cargos nos Órgãos Sociais de entidades da mesma ou idêntica natureza jurídica cujos fins e atividades sejam concorrentes ou conflituantes com os da *Irmandade da Misericórdia*, bem como em uniões, federações e confederações de tais entidades.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se que existe uma situação conflituante:
  - a. Se tiver interesse num determinado resultado ilegítimo, num serviço ou transação efetuada;
  - b. Se obtiver uma vantagem financeira ou benefício de outra natureza que o favoreça.
3. Não podem exercer funções nos Órgãos Sociais os Irmãos que mantenham com a *Irmandade da Misericórdia* litígio judicial.
4. Os titulares dos Órgãos Sociais não podem ser reeleitos ou novamente designados se tiverem sido condenados em processo judicial por sentença transitada em julgado, em Portugal ou no estrangeiro, por crime doloso contra o património, abuso de cartão de garantia ou de crédito, usura, insolvência dolosa ou negligente, apropriação ilegítima de bens do setor público ou não lucrativo, falsificação, corrupção e branqueamento de capitais, salvo se, entretanto, tiver ocorrido a extinção da pena.
5. A Mesa Administrativa e o Conselho Fiscal não podem ser constituídos maioritariamente por trabalhadores da instituição;
6. Não podem exercer o cargo de presidente do Conselho Fiscal trabalhadores da instituição.

### **Artigo 16.º**

#### **Condição do Exercício do Cargo**

O exercício de qualquer cargo nos Órgãos Sociais é gratuito, mas pode justificar o pagamento de despesas dele derivadas.

### **Artigo 17.º**

#### **Forma de Obrigar**

1. A *Irmandade da Misericórdia* fica obrigada com as assinaturas conjuntas de dois membros, Provedor ou Vice-Provedor e do Tesoureiro ou Secretário.
2. Nas operações financeiras são obrigatórias as assinaturas que a Mesa Administrativa deliberar.
3. Nos atos de mero expediente bastará a assinatura de um membro da Mesa Administrativa ou de outra pessoa nomeada para o efeito.

### **Artigo 18.º**

#### **Responsabilidade dos Titulares**

1. Os titulares dos Órgãos Sociais não podem abster-se de votar nas reuniões a que estiverem presentes.
2. As responsabilidades dos titulares dos Órgãos Sociais são as definidas nos artigos 164.º e 165.º do Código Civil, sem prejuízo das definidas no âmbito do *Compromisso*.
3. Além de outros motivos legalmente previstos, os membros dos Órgãos Sociais ficam exonerados de responsabilidades se:
  - a. Não tiverem tomado parte na respetiva deliberação ou resolução e a reprovarem em declaração na ata da sessão imediata em que se encontrem presentes;
  - b. Tiverem votado contra essa resolução e o fizerem consignar na ata respetiva.
4. Os Mesários são solidariamente responsáveis pela administração e gestão da *Irmandade* e bem assim pelos prejuízos causados por atos e omissões de gestão praticados pela Mesa ou por algum dos seus membros quando, tendo conhecimento de tais atos ou omissões, bem como do propósito de os praticar, não provoquem intervenção da Mesa, do Conselho Fiscal ou do Presidente da Mesa da Assembleia Geral no sentido de tomar as medidas adequadas.

## **Artigo 19.º**

### **Impedimentos**

1. Os titulares dos Órgãos Sociais não podem votar em assuntos que diretamente lhes digam respeito, ou nos quais sejam interessados os respetivos cônjuges ou pessoa com quem vivam em condições análogas às dos cônjuges, ascendentes, descendentes, ou qualquer parente ou afim em linha reta ou no 2.º grau da linha colateral.
2. Os titulares dos Órgãos Sociais não podem contratar direta ou indiretamente com a instituição, salvo se do contrato resultar manifesto benefício para a instituição.

## **Artigo 20.º**

### **Deliberações e Atas**

1. A Mesa Administrativa e o Conselho Fiscal só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.
2. Quando o *Compromisso* ou a lei não exijam maioria qualificada, as deliberações dos Órgãos Sociais são tomadas por maioria dos votos dos presentes.
3. As votações respeitantes às eleições dos Órgãos Sociais ou à apreciação do mérito e das características específicas de pessoas são feitas obrigatoriamente por escrutínio secreto.
4. As deliberações de qualquer Órgão Social contrárias à lei ou ao *Compromisso*, seja pelo seu objeto, seja em virtude de irregularidades havidas na convocação ou no funcionamento do Órgão, são anuláveis.
5. De cada reunião dos Órgãos Sociais lavrar-se-á ata, sempre que possível, com recurso a meios informáticos, descrevendo sumária e fielmente o que se passou e deliberou, assinada por todos os membros presentes ou, quando respeite à Assembleia Geral, pelos membros da respetiva Mesa.
6. A ata será aprovada no início da reunião imediatamente seguinte ou em minuta na própria reunião.

## **SECÇÃO II – Assembleia Geral**

### **Artigo 21.º**

#### **Estatuto, Composição e respetiva Mesa**

1. A Assembleia Geral é constituída por todos os Irmãos no pleno gozo dos seus direitos associativos e compromissórios, nela residindo o poder soberano deliberativo da *Irmandade da Misericórdia*.
2. A Assembleia Geral é dirigida pela respetiva Mesa, composta por um Presidente, um primeiro Secretário e um segundo Secretário, à qual compete representar a Assembleia, bem como garantir a legalidade e o funcionamento democrático da *Irmandade da Misericórdia*.
3. Nenhum titular da Mesa Administrativa ou do Conselho Fiscal pode ser membro da Mesa da Assembleia Geral.
4. Na falta ocasional de qualquer dos membros da Mesa, competirá à Assembleia Geral designar os respetivos substitutos de entre os Irmãos presentes, os quais cessarão as suas funções no termo da reunião.
5. No caso de renúncia ou de falta permanente de qualquer dos membros da Mesa da Assembleia Geral, a Assembleia procede à sua recomposição por voto secreto, completando o membro designado o mandato social.

### **Artigo 22.º**

#### **Competências**

1. Compete à Assembleia Geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou compromissórias dos outros órgãos e, necessariamente:
  - a. Definir as linhas fundamentais de atuação da *Irmandade da Misericórdia*;

- b. Acompanhar a atuação dos demais Órgãos Sociais, zelando pelo cumprimento das disposições e princípios compromissórios e legais;
  - c. Apreciar, discutir e votar o Relatório de Atividades e Contas do Exercício do ano anterior, bem como o Plano de Atividades e Orçamento de Exploração Previsional e Investimentos, propostos pela Mesa Administrativa para o exercício seguinte, além de revisões orçamentais, sempre sob parecer do Conselho Fiscal;
  - d. Apreciar e deliberar sobre a alteração do *Compromisso* e sobre a extinção, cisão ou fusão da *Irmãdade da Misericórdia*;
  - e. Eleger e destituir, por votação secreta, os membros da respetiva Mesa e a totalidade ou a maioria dos membros da Mesa Administrativa e do Conselho Fiscal;
  - f. Apreciar e deliberar sobre a aquisição onerosa e a alienação, a qualquer título, de bens imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento ou de valor histórico ou artístico;
  - g. Apreciar e deliberar sobre a aplicação criteriosa, com segurança e rendosamente, do resultado líquido do exercício quando positivo, mediante proposta da Mesa Administrativa;
  - h. Autorizar, sob proposta da Mesa Administrativa e parecer do Conselho Fiscal, a realização de financiamentos e mútuos onerosos;
  - i. Autorizar o Provedor, ou quem o substitua, a inquirir os membros dos Órgãos Sociais por atos praticados no exercício das suas funções;
  - j. Aprovar a adesão a uniões, federações ou confederações;
  - k. Aprovar os regulamentos compromissoriamente previstos, sob proposta da Mesa Administrativa;
  - l. Apreciar e deliberar os recursos interpostos às deliberações ou resoluções da Mesa Administrativa que lesem direta e gravemente os direitos de Irmão;
  - m. Apreciar e deliberar sobre a aceitação de integração de outra Instituição e respetivos bens;
  - n. Aprovar em Minuta, decisões de cariz urgente para as quais se torne necessário a decisão da Assembleia Geral;
  - o. Fixar, sob proposta da Mesa Administrativa, os valores mínimos da joia de admissão e da quota a pagar pelos Irmãos, bem como a periodicidade e forma de pagamento;
  - p. Deliberar, sob proposta da Mesa Administrativa, a atribuição da qualidade de Irmão Honorário ou Benemérito.
  - q. Decidir sobre os protestos e reclamações respeitantes nos atos eleitorais, sem prejuízo de recurso nos termos legais;
  - r. Conferir posse aos membros dos Órgãos Sociais eleitos;
2. A deliberação da Assembleia Geral sobre o exercício do direito de ação civil ou penal contra os membros dos Órgãos Sociais e mandatários, incluindo quem representa a *Irmãdade da Misericórdia* nessa mesma ação, pode ser tomada na Assembleia Geral convocada para apreciação do Relatório de Atividades e Contas de Gerências referentes ao exercício do ano anterior, mesmo que a respetiva proposta não conste da ordem de trabalhos.

### **Artigo 23.º**

#### **Reuniões da Assembleia Geral**

1. As reuniões da Assembleia Geral são ordinárias e extraordinárias.
2. A Assembleia Geral reúne ordinariamente:
  - a. No terceiro trimestre do último ano de cada mandato, para a eleição dos Órgãos Sociais;
  - b. Até trinta e um de Março de cada ano para apreciar, discutir e aprovar o Relatório de Atividades e Contas do Exercício do ano anterior, devendo estes documentos estar acessíveis para consulta dos Irmãos nos cinco dias anteriores à sessão da Assembleia Geral;

- c. Até ao final de novembro de cada ano para apreciar, discutir e aprovar o Plano de Atividades e Orçamento de Exploração Previsional e Investimentos para o ano seguinte.
3. Contrariamente ao que sucede nas reuniões extraordinárias, em que apenas podem ser tratados os assuntos expressamente referidos nas convocatórias, nas reuniões ordinárias podem ser tratados assuntos não previstos na respetiva ordem de trabalhos, mas sem poder deliberativo, salvo se estiverem presentes ou representados na reunião todos os Irmãos no pleno gozo dos seus direitos sociais e todos concordarem com o aditamento.
4. A Assembleia Geral reúne extraordinariamente:
- a. Quando convocada por iniciativa do respetivo Presidente, ou a pedido do Provedor, da Mesa Administrativa ou do Conselho Fiscal;
  - b. A requerimento subscrito por um mínimo de 10% dos Irmãos no pleno gozo dos seus direitos associativos e compromissórios, indicando com precisão os assuntos a incluir na ordem de trabalhos;
  - c. A reunião deve realizar-se no prazo máximo de 30 dias a contar da data da receção do pedido ou requerimento.
5. As deliberações a que se refere a alínea f) do n.º 1 do artigo 22.º obedecem às seguintes regras:
- a. A alienação ou oneração dos bens imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento ou de valor histórico ou artístico será feita nos termos do *Compromisso* e da lei, informando-se o Bispo Diocesano sobre os negócios jurídicos, cujo valor não deverá ser inferior ao da avaliação efetuada para o efeito;
  - b. A alienação de ex-votos que tenham sido oferecidos à *Irmandade da Misericórdia* ou de coisas preciosas em razão da arte ou da história religiosas depende de licença eclesiástica;
  - c. A oneração ou alienação de bens afetos a atividades culturais ou religiosas depende de autorização prévia do Bispo diocesano.
6. As deliberações da Assembleia Geral sobre as matérias constantes das alíneas d), i) e j) do n.º 1 do artigo 22.º e do ponto quarto do artigo 4º só serão válidas se obtiverem o voto favorável de pelo menos 2/3 dos votos expressos.
7. A deliberação de alteração do *Compromisso* não está sujeita a quórum mínimo quando a exigência da alteração decorrer da lei.
8. No caso da alínea d) do n.º 1 do artigo 22.º, a dissolução da *Irmandade da Misericórdia* não terá lugar se, pelo menos, um número de Irmãos igual ao dobro dos membros dos Órgãos Sociais se declarar disposto a assegurar a permanência da Instituição, qualquer que seja o número de votos contra.

## **Artigo 24.º**

### **Forma de convocação**

1. A Assembleia Geral é convocada pelo Presidente da Mesa ou pelo seu substituto.
2. A convocatória é afixada na Sede Social e é também feita pessoalmente, através de correio eletrónico.
3. Independentemente das convocatórias, é dada publicidade à realização das Assembleias Gerais nos locais julgados de interesse para o efeito, no sítio institucional, bem como através de anúncio nos dois jornais de maior circulação do concelho ou da ilha, com um mínimo de quinze dias de antecedência.
4. Da convocatória deve constar o dia, hora, local e a ordem de trabalhos da reunião.
5. A comparência de todos os Irmãos na sessão sanciona quaisquer irregularidades da convocação, contanto que nenhum deles se oponha à regularização da Assembleia Geral.
6. A decisão de convocação da Assembleia Geral extraordinária deve ocorrer no prazo de quinze dias após o pedido ou requerimento, e a reunião realizar-se no prazo máximo de trinta dias a contar da data da receção do pedido ou requerimento.

7. Os documentos referentes aos diversos pontos da ordem de trabalhos devem estar disponíveis para consulta na sede e no sítio institucional da instituição, logo que a convocatória seja expedida para os Irmãos.

## **Artigo 25.º**

### **Quórum e funcionamento**

1. A Assembleia Geral reunirá e deliberará à hora marcada na convocatória se estiver presente mais de metade dos Irmãos com direito a voto, em primeira convocação, ou meia hora depois com qualquer número de Irmãos presentes ou representados, em segunda convocação e desde que tal cominação seja determinada na convocatória.
2. A Assembleia Geral extraordinária que seja convocada a requerimento dos Irmãos só poderá reunir com a presença mínima de três quartos dos requerentes, a cuja chamada se deve proceder logo que for aberta a sessão.
3. As deliberações da Assembleia Geral são tomadas em observância com o disposto nos artigos 20.º e 23.º do *Compromisso*.

## **Artigo 26.º**

### **Voto e Representação dos Irmãos**

1. Na Assembleia Geral cada Irmão dispõe de um voto.
2. O voto em representação apenas é admitido nos atos eleitorais, nos seguintes termos:
  - a. Tanto o representante como o representado têm de ser Irmãos no pleno uso dos seus direitos;
  - b. Cada Irmão só pode assumir uma representação;
  - c. Sem prejuízo da identificação e verificação da capacidade individual do representante, este deve ainda demonstrar perante a Mesa da Assembleia Geral que tem os poderes necessários para a representação e votação, exibindo e entregando procuração assinada pelo representado, autenticada ou que tenha apenas fotocópia do respetivo cartão de identificação.
3. Não é admitido o voto por correspondência.

## **Artigo 27.º**

### **Convocação da Assembleia Geral pelo Tribunal**

1. Qualquer Irmão e, bem assim, o ministério público podem requerer ao tribunal competente a convocação da Assembleia Geral nos seguintes casos:
  - a. Quando os Órgãos Sociais estejam a funcionar sem o número completo dos seus membros, ou não se encontrem regularmente constituídos, ou ainda quando tenha sido excedida a duração do seu mandato;
  - b. Quando, por alguma forma, esteja a ser impedida a convocação da assembleia nos termos legais ou se impeça o seu funcionamento com grave risco ou ofensa dos interesses da instituição, dos Irmãos ou do Estado.
2. Para efeitos do número anterior, a entidade tutelar deve comunicar ao ministério público as situações de irregularidade de que tenha conhecimento.
3. O tribunal designa, se necessário, o presidente, o vice-presidente e o secretário da mesa que dirige a assembleia convocada judicialmente.

## Artigo 28.º

### Comissão Provisória de Gestão

1. Se a Assembleia Geral convocada para eleições nos termos do artigo anterior as não realizar na data ou no prazo que lhe tenham sido marcados, é possível recorrer a Tribunal Arbitral, o qual nomeia uma comissão provisória de gestão com a competência dos titulares dos órgãos de administração estatutários.
2. A comissão deve ser constituída, de preferência, por Irmãos e o seu mandato tem a duração de 1 ano, prorrogável judicialmente até 3, se tal for indispensável para normalizar a gestão.

## Artigo 29.º

### Direito de ação

1. O exercício em nome da Instituição do direito de ação civil ou penal contra membros dos Órgãos Sociais e mandatários deve ser aprovado em Assembleia Geral.
2. A instituição é representada na ação pela Mesa Administrativa ou pelos Irmãos que para esse efeito forem eleitos pela Assembleia Geral.
3. A deliberação da Assembleia Geral pode ser tomada na sessão convocada para apreciação do balanço, relatório e contas do exercício, mesmo que a respetiva proposta não conste da ordem de trabalhos.

## SECÇÃO III – Mesa Administrativa

## Artigo 30.º

### Estatuto e Composição

1. A Mesa Administrativa é o órgão de administração da *Irmandade da Misericórdia*, sendo composta por cinco membros efetivos, dos quais um será o Provedor, e bem assim dois suplentes.
2. Logo que investidos no exercício das suas funções, os membros efetivos escolherão entre si o Vice-Provedor, o Secretário, o Tesoureiro e o Vogal.
3. Os Irmãos suplentes podem ser chamados à colaboração da Mesa Administrativa quando for julgada conveniente a sua coadjuvação, caso em que têm direito a participar mas sem direito a voto, ou quando se verifique impedimento dos efetivos.
4. No caso de vacatura do cargo do provedor será o mesmo preenchido pelo Vice Provedor, sendo que na vacatura dos demais cargos caberá à Mesa a reorganização da mesma.
  - a. Os suplentes serão chamados à efetividade pela ordem em que tiverem sido eleitos;
  - b. Em caso de vacatura da maioria dos lugares da Mesa Administrativa, depois de esgotados os respetivos suplentes, deverão realizar-se eleições parciais para o preenchimento das vagas verificadas, no prazo máximo de trinta dias.
5. O termo do mandato dos membros eleitos nas condições do número anterior coincidirá com o dos inicialmente eleitos.
6. Para a coadjuvar no desempenho da sua missão e colaborar com os Mesários na execução dos trabalhos concernentes aos respetivos pelouros ou sectores, a Mesa Administrativa pode agregar outros Irmãos de reconhecida idoneidade.

## Artigo 31.º

### Competências

1. Compete à Mesa Administrativa representar a *Irmandade da Misericórdia*, em juízo e fora dele, incumbindo-lhe designadamente:

- a. Praticar e promover as ações conducentes aos fins da *Irmandade da Misericórdia*, às suas obras e ao seu desenvolvimento;
- b. Velar pela efetivação dos direitos dos beneficiários, bem como pelos privilégios, tradições e direitos da *Irmandade da Misericórdia* e, sobretudo, pela sua autonomia;
- c. Deliberar sobre a admissão de Irmãos, e quanto à sua suspensão ou exclusão, nos termos do *Compromisso*;
- d. Executar e fazer executar as deliberações dos Órgãos Sociais da *Irmandade da Misericórdia*, assim como zelar pelo cumprimento do *Compromisso* e dos regulamentos que o completam;
- e. Elaborar anualmente os documentos previstos no artigo 22.º, n.º 1, alínea c), do *Compromisso*, a fim de ser submetidos a parecer do Conselho Fiscal e deliberação da Assembleia Geral;
- f. Administrar os bens, obras e serviços da *Irmandade da Misericórdia*, zelando pelo bom funcionamento e organização dos seus vários setores;
- g. Anualmente e após a sua aprovação pela Assembleia Geral, enviar ao Bispo Diocesano o Relatório de Atividades e Contas do Exercício do ano anterior, bem como o Plano de Atividades e Orçamento, de Exploração Previsional e Investimentos, para o exercício seguinte, nos mesmos termos em que é feito perante as autoridades civis, para conhecimento, em geral, e visto, no que concretamente respeita às atividades culturais e religiosas;
- h. Contratar e gerir os recursos humanos da *Irmandade da Misericórdia*;
- i. Cobrar receitas, saldar despesas e deliberar sobre as dívidas incobráveis;
- j. Apresentar à Assembleia Geral proposta fundamentada sobre a aplicação, com segurança e rendosamente, do resultado líquido do exercício quando positivo;
- k. Constituir grupos de trabalho, estudo e reflexão, com o objetivo de melhorar e desenvolver as atividades sociais da *Irmandade da Misericórdia*, designadamente, através da divulgação do seu espírito da sua obra, dos seus propósitos, das suas iniciativas, das suas realizações e necessidades, perante as populações locais, e mediante encontros, reuniões e festividades de carácter local e cultural;
- l. Deliberar sobre o arrendamento ou cessão de bens imóveis da *Irmandade da Misericórdia*, em razão de procedimento julgado mais conveniente, fundamentado em ata, sendo que os preços e valores aceites não podem ser inferiores aos que vigorarem no mercado;
- m. Elaborar o cadastro-inventário do património, móvel e imóvel, e dos valores da *Irmandade da Misericórdia*, mantendo-o permanentemente atualizado;
- n. Deliberar sobre a aceitação de heranças, legados e donativos, assim como sobre a angariação de fundos mediante donativos ou subscrições, por intermédio de Irmãos individual ou coletivamente;

2- A Mesa Administrativa pode delegar poderes de representação e administração para a prática de certos atos ou de certas categorias de atos em qualquer dos seus membros, em profissionais qualificados ao serviço da instituição, ou em mandatários.



## Artigo 32.º

### Competência dos membros da Mesa Administrativa

1. Compete ao Provedor, **entre outras atribuições:**

- a. Superintender, **diretamente ou por intermédio das pessoas para tal efeito nomeadas**, na administração da *Irmandade da Misericórdia*, orientando e fiscalizando os respetivos serviços e respostas sociais;
- b. Convocar e presidir às reuniões da Mesa **Administrativa**, dirigindo os respetivos **trabalhos**;
- c. Exercer a representação da **Misericórdia**, em juízo ou fora dele;
- d. Assinar e rubricar os **termos** de abertura e encerramento e rubricar os livros de atas da Mesa Administrativa;
- e. **Assinar a correspondência, ordens de pagamento e os recibos comprovativos de arrecadação de receitas;**
- f. **Delegar, sempre que justifique, quaisquer dos seus poderes a outros membros da Mesa Administrativa;**
- g. Despachar os assuntos normais de expediente e outros que careçam de solução urgente, sujeitando estes últimos à confirmação da Mesa **Administrativa** na primeira reunião seguinte;
- h. **Fazer executar as deliberações da Assembleia Geral e da Mesa Administrativa e cumprir quaisquer outras obrigações inerentes ao seu cargo, ou que as leis vigentes ou o costume antigo lhe imponham.**

1. Compete ao Vice-Provedor coadjuvar o Provedor no exercício das suas atribuições e substituí-lo nas suas ausências e impedimentos.

2. Compete ao Secretário, **entre outras atribuições:**

- a. Superintender nos Serviços **Administrativos** e de Secretaria;

3. Compete ao Tesoureiro, **entre outras atribuições:**

- a. Superintender nos serviços de Contabilidade e Tesouraria da *Irmandade da Misericórdia*;
- b. Superintender a elaboração de informação mensal à Mesa Administrativa através da apresentação de balancete em que se discriminarão as receitas e despesas do mês anterior balancetes contabilísticos e de tesouraria, assim como analisar eventuais desvios orçamentais;
- c. Superintender a atualização do Livro de Quotas, fornecendo à Mesa Administrativa uma lista dos devedores;
- d. Superintender a elaboração do inventário do património da *Irmandade da Misericórdia*, mantendo-o permanentemente atualizado.

4. Compete ao vogal coadjuvar os restantes membros da Mesa Administrativa e desempenhar as tarefas que lhe forem atribuídas.

## Artigo 33.º

### Funcionamento

1. A Mesa Administrativa reúne obrigatoriamente uma vez por mês e sempre que o julgar conveniente, sob convocação do Provedor, por iniciativa deste ou da maioria dos seus membros, ou ainda, a pedido do Conselho Fiscal ou da Mesa da Assembleia Geral.

2. As deliberações serão tomadas tendo em conta o disposto no artigo 20.º do *Compromisso*, tendo o Provedor, além do seu voto, direito a voto de qualidade em caso de empate na votação.

## SECÇÃO IV - Conselho Fiscal

### Artigo 34.º

#### Estatuto e Composição

1. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da *Irmandade da Misericórdia*.
2. O Conselho Fiscal é composto por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário-Redator.
3. Haverá, simultaneamente, dois suplentes que se tornarão efetivos à medida que se derem vagas e pela ordem em que tiverem sido eleitos, podendo, até então e sem prejuízo disso, assistir às reuniões e tomar parte na discussão dos assuntos, mas sem direito a voto.
4. Para o Conselho Fiscal devem ser escolhidos os Irmãos que possuam os conhecimentos indispensáveis ao exercício dos seus poderes de fiscalização.
5. No caso de vacatura do cargo de Presidente, será o mesmo preenchido pelo Vice-Presidente, sendo que na vacatura dos demais cargos caberá ao Presidente a reorganização do mesmo conselho.
  - a. Os suplentes serão chamados à efetividade pela ordem em que tiverem sido eleitos;
  - b. Em caso de vacatura da maioria dos lugares do Conselho Fiscal, depois de esgotados os respetivos suplentes, deverão realizar-se eleições parciais para o preenchimento das vagas verificadas, no prazo máximo de um mês;
- 2- O termo do mandato dos membros eleitos nas condições do número anterior coincidirá com o dos inicialmente eleitos.

### Artigo 35.º

#### Competência

1. Compete ao Conselho Fiscal, o controlo e fiscalização da instituição, podendo, nesse âmbito, efetuar aos restantes órgãos as recomendações que entenda adequadas com vista ao cumprimento da lei, do *Compromisso* e dos regulamentos, designadamente:
  - a. Fiscalizar a Mesa Administrativa, podendo, para o efeito, consultar a documentação necessária;
  - b. Verificar o cumprimento da lei, do *Compromisso* e dos regulamentos;
  - c. Assistir ou fazer-se representar por um dos seus membros às reuniões da Mesa Administrativa, sempre que o julgue necessário;
  - d. Dar parecer sobre os documentos previstos no artigo 22.º, n.º 1, alínea c), bem como sobre qualquer outro assunto que os Órgãos Sociais submetam à sua apreciação, mormente sobre a aquisição e alienação de imóveis, reforma ou alteração do *Compromisso*;
  - e. Solicitar à Mesa Administrativa os elementos que considerar necessários ao cumprimento das suas atribuições, bem como propor reuniões extraordinárias para discussão, com aquele órgão, de determinados assuntos cuja importância o justifique;
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Conselho Fiscal pode ser integrado ou assessorado por um revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas, sempre que o movimento financeiro da instituição o justifique.

### Artigo 36.º

#### Funcionamento

1. O Conselho Fiscal reúne ordinariamente uma vez em cada semestre, podendo reunir também extraordinariamente para apreciação de assuntos de carácter urgente, sob convocação do Presidente, por iniciativa deste ou da maioria dos seus membros, ou, ainda, a pedido da Mesa Administrativa ou da Mesa da Assembleia Geral.
2. As deliberações serão tomadas tendo em conta o disposto no artigo 20.º do *Compromisso*, tendo o Presidente, além do seu voto, direito a voto de qualidade em caso de empate na votação.

## **Artigo 37.º**

### **Criação e Competência**

1. A Mesa Administrativa poderá propor a criação de um órgão de consulta da *Irmandade da Misericórdia* com o objetivo de emitir parecer nas matérias de relevância institucional colocadas à sua apreciação.
2. A composição, competência, organização e funcionamento do Conselho Consultivo reger-se-ão por regulamento aprovado pela Assembleia Geral.

## **Artigo 38.º**

### **Destituição dos Órgãos Sociais**

1. Quando se verifique a prática reiterada de atos ou a omissão sistemática do cumprimento de deveres legais ou estatutários pela Mesa Administrativa que sejam prejudiciais aos interesses da instituição ou dos seus beneficiários, podem ser judicialmente destituídos os titulares dos Órgãos Sociais;
2. O membro do Governo responsável pela área da segurança social pode pedir judicialmente a destituição da Mesa Administrativa nas seguintes situações:
  - a. Por inadequação ao restabelecimento da legalidade ou do equilíbrio financeiro da instituição;
  - b. Por incumprimento dos objetivos programados, por motivos imputáveis à Mesa Administrativa;
  - c. Por se verificarem graves irregularidades no funcionamento da instituição ou dificuldades financeiras que obstem à efetivação dos direitos dos associados e utentes;
  - d. Pela não apresentação das contas do exercício, durante dois anos consecutivos e segundo os procedimentos definidos pelo artigo 49º;
  - e. Pela não apresentação e ou não aprovação do programa adequado ao restabelecimento da legalidade e do equilíbrio financeiro, nos termos previstos nos nºs 6 e 7 do artigo 49º;
  - f. Por se verificar a prática de atos gravemente lesivos dos direitos dos associados e utentes e da imagem da instituição;
3. As associações, uniões, federações ou confederações de instituições têm legitimidade para requerer ao ministério responsável pela área da segurança social que promova o pedido judicial de destituição da Mesa Administrativa, se tiverem conhecimento de factos imputáveis à Irmandade da Misericórdia, suscetíveis de integrar o disposto da alínea f) do número anterior.

## **CAPÍTULO IV – Processo Eleitoral**

## **Artigo 39.º**

### **Disposições Gerais**

Até ao último dia útil do mês de junho do ano em que terminar o mandato social, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral anunciará, através de edital, a abertura do processo eleitoral e preparação pela Mesa Administrativa do caderno eleitoral, que deverá estar concluído no prazo de quinze dias.

## **Artigo 40.º**

### **Formalização de Candidaturas**

1. As candidaturas às eleições são feitas segundo o sistema de lista completa e conjunta para a Mesa da Assembleia Geral, a Mesa Administrativa e Conselho Fiscal, compostas por Irmãos no pleno gozo dos seus direitos compromissórios e sociais.
2. As listas de candidatura devem indicar os nomes e números de Irmão, bem como, no que respeita aos cargos, a designação dos propostos para Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Provedor e Presidente do Conselho Fiscal, incluindo os suplentes.

3. A apresentação das listas de candidatura na Secretaria da *Irmandade da Misericórdia* deverá ocorrer até ao décimo dia, inclusive, antes da data marcada para a eleição, contra comprovativo.
4. As listas a submeter à eleição deverão ser acompanhadas de declaração dos candidatos confirmativa da sua aceitação expressa e subscritas por um número mínimo de dez Irmãos no pleno gozo dos seus direitos e que não sejam candidatos em nenhuma lista, não podendo cada um subscrever mais que uma.
5. Cada lista nomeará o seu mandatário no ato da entrega da candidatura, indicando o respetivo contato telefónico e endereço residencial e eletrónico para onde pode ser notificado.

#### **Artigo 41.º**

##### **Verificação de Candidaturas, Reclamações e Forma de Votação**

1. A verificação de conformidade das candidaturas, reclamações e protestos, assim como a forma de votação depois de declarada e constituída a Assembleia Geral em corpo eleitoral, entre outras matérias de natureza eleitoral, são disciplinadas em regulamento eleitoral aprovado expressamente pela Assembleia Geral.
2. A lista ou as listas de candidatura bem como as possíveis reclamações, aceites pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, deverão ser enviadas ao Bispo Diocesano, quando tal seja possível, para conhecimento, em tempo útil, antes do ato eleitoral.

#### **Artigo 42.º**

##### **Proclamação dos Eleitos e Comunicações**

1. Consideram-se eleitos os elementos da lista que tenham obtido maior número de votos, devendo ser proclamados logo após a conclusão do ato eleitoral.
2. Além da comunicação aos eleitos, para os devidos efeitos os resultados do ato eleitoral devem igualmente ser comunicados ao Bispo Diocesano, à União das Misericórdias Portuguesas, à União Regional das Misericórdias dos Açores, e às entidades competentes.

### **CAPÍTULO V - Disposições Diversas**

#### **Artigo 43.º**

##### **Património**

1. O património da *Irmandade da Misericórdia* é constituído por todos os bens e direitos que integram o seu ativo, bem como pelos que venha a adquirir ou a receber por título legítimo.
2. As benemerências aos Órgãos Sociais, ou a algum dos seus membros na qualidade de representante da *Irmandade da Misericórdia*, são pertença desta.
3. A alienação ou oneração do património da *Irmandade da Misericórdia* obedece ao previsto nos artigos 22.º, 23.º e 44.º do *Compromisso* assim como ao Regulamento para Venda de Bens cuja aprovação e alteração são uma competência da Assembleia Geral.
4. A *Irmandade da Misericórdia* deve aceitar heranças, legados ou doações nos termos da lei, contanto que não fique a cumprir encargos que excedam as forças da herança ou do legado, ou o ónus da doação, e que não sejam contrários à lei.

## Artigo 44.º

### Realização de obras, alienação e arrendamento de imóveis

4. As empreitadas de obras de construção ou grande reparação devem observar o estabelecido no Código dos Contratos Públicos, com exceção das obras realizadas por administração direta até ao montante máximo de 25 mil euros.
5. Podem ser efetuadas vendas ou arrendamentos por negociação direta, quando seja previsível que daí decorram vantagens para a Instituição ou por motivo de urgência, fundamentado em ata.
6. Em qualquer caso, os preços e rendas aceites não podem ser inferiores aos que vigorarem no mercado normal de imóveis e arrendamentos, de harmonia com os valores estabelecidos em peritagem oficial.
7. Excetuam-se do preceituado nos números anteriores os arrendamentos para habitação, que seguem o regime geral sobre arrendamentos.

## Artigo 45.º

### Rendimentos

Constituem, nomeadamente, receitas da *Irmandade da Misericórdia*:

- a) As joias de inscrição e as quotas dos Irmãos;
- b) Os rendimentos de prestação de serviços desenvolvidas no âmbito dos fins compromissórios, bem como de outras atividades acessórias;
- c) Os rendimentos de bens próprios;
- d) As heranças, legados, doações e respetivos rendimentos;
- e) Os subsídios, participações e compensações de entidades públicas, privadas e religiosas;
- f) O produto da alienação de bens;
- g) Os espólios móveis dos utentes que não forem legitimamente reclamados pelos herdeiros ou seus representantes no prazo legal;
- h) O produto de campanhas de angariação de fundos e dos donativos particulares;
- i) O produto de empréstimo;
- j) Os rendimentos obtidos de investimentos financeiros;
- k) O produto da venda de publicações sobre a história e atividades da *Irmandade da Misericórdia*;
- l) Outros quaisquer rendimentos.

## Artigo 46.º

### Gastos

1. As despesas da *Irmandade da Misericórdia* são de funcionamento e de investimento.
2. Constituem, nomeadamente, despesas de funcionamento:
  - a. As que resultam da execução do presente *Compromisso*;
  - b. As do exercício do culto e as que resultam do cumprimento de encargos da responsabilidade da *Irmandade da Misericórdia*;
  - c. As que assegurem a conservação e a reparação dos bens e a manutenção dos serviços, incluindo a retribuição de colaboradores e os encargos patronais;
  - d. As dos impostos, contribuições e taxas que oneram bens e serviços;
  - e. As quotizações devidas a entidades de que a *Irmandade da Misericórdia* seja associada;
  - f. As que resultam da deslocação de utentes, membros dos Órgãos Sociais e trabalhadores, quer em serviço da *Irmandade da Misericórdia*, quer para benefício dos próprios assistidos.
3. Constituem, nomeadamente, despesas de investimento:
  - a. As despesas de construção e equipamento de novos edifícios, serviços e obras ou de ampliação dos já existentes;
  - b. As despesas de aquisição de prédios rústicos e urbanos, veículos e outro equipamento.

## **Artigo 47.º**

### **Exercício, Atividade Económica e Meios Financeiros**

1. O exercício económico da *Irmandade da Misericórdia* coincide com o ano civil.
2. A contabilização da gestão económico-financeira da *Irmandade da Misericórdia* será efetuada de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística, com as adaptações que constem das normas contabilísticas específicas respeitantes às entidades sem fins lucrativos.
3. Independentemente do fim a que se destinem, a angariação de fundos por via de donativos ou subscrições carece de deliberação da Mesa Administrativa.
4. As despesas da *Irmandade da Misericórdia* visam unicamente a realização dos seus fins e a manutenção, direta ou indireta, das respetivas atividades.

## **Artigo 48.º**

### **Orçamento de Exploração Previsional e Investimentos e Plano de Atividades**

1. A gestão orçamental deve ser conduzida de forma rigorosa e transparente no cumprimento das disposições legais e compromissórias, tendo como fim a sustentabilidade da *Irmandade da Misericórdia*.
2. No ano anterior àquele a que respeita e com antecedência que permita cumprir o prazo da respetiva submissão eletrónica junto do Governo Regional dos Açores, a Mesa Administrativa submete à Assembleia Geral o Orçamento de Exploração Previsional e Investimentos, acompanhados do Plano de Atividades e do parecer do Conselho Fiscal.
3. A Mesa Administrativa poderá submeter à Assembleia Geral, no decurso do exercício económico, revisões orçamentais, de carácter retificativo, acompanhados da respetiva exposição de motivos e parecer do Conselho Fiscal.
4. Os Irmãos estão impedidos de apresentar em Assembleia Geral propostas de alteração orçamental que envolvam, no ano económico em curso, qualquer aumento das despesas ou diminuição das receitas da *Irmandade da Misericórdia*.

## **Artigo 49.º**

### **Relatório de Atividades e Contas do Exercício**

1. Com antecedência que permita cumprir o prazo da respetiva submissão eletrónica junto do Governo Regional dos Açores, a Mesa Administrativa elabora e submete à Assembleia Geral o Relatório de Atividades e Contas do Exercício, bem como os demais documentos de prestação de contas obrigatórios relativos ao exercício do ano económico anterior, acompanhados do relatório e parecer do Conselho Fiscal.
2. As contas do exercício obedecem ao Regime da Normalização Contabilística para as entidades do setor não lucrativo legalmente aplicável e são aprovadas pelos respetivos órgãos nos termos estatutários.
3. O Relatório de Atividades e Contas do Exercício deve ser assinado por todos os membros da Mesa Administrativa em exercício de funções, devendo ser justificada em documento a recusa de qualquer dos membros.
4. O Relatório de Atividades e Contas do Exercício deve conter uma exposição fiel e clara sobre a evolução das atividades da *Irmandade da Misericórdia*, refletindo com exatidão as alterações patrimoniais e a evolução da estrutura dos custos e dos proveitos, devendo ser acompanhado de parecer de certificação legal de contas, quando obrigatório.
5. As contas do exercício são publicitadas obrigatoriamente no sítio institucional eletrónico da instituição até 31 de maio do ano seguinte a que dizem respeito.
6. As contas devem ser apresentadas, dentro dos prazos estabelecidos, ao órgão competente para a verificação da sua legalidade.

7. Na falta de cumprimento do disposto no número anterior, o órgão competente pode determinar à Mesa Administrativa que apresente um programa adequado ao restabelecimento da legalidade e do equilíbrio financeiro, a submeter à sua aprovação.
8. Caso o programa referido no número anterior não seja apresentado ou não seja aprovado, o órgão competente pode requerer judicialmente a destituição da Mesa Administrativa.
9. Para efeitos do disposto no presente artigo, os poderes do órgão competente são exercidos pelo membro do Governo responsável pela área da segurança social, com a faculdade de delegação, em órgãos de organismos públicos especializados para o efeito, quando a natureza técnica das matérias o justifique.

## **Artigo 50.º**

### **Beneméritos e Honorários**

1. Podem ser declarados Beneméritos da *Irmandade da Misericórdia*, sem no entanto assumirem a qualidade efetiva de Irmãos, pessoas ou entidades que, por lhe haverem efetuado dádivas ou doações relevantes, sejam merecedoras de tal distinção.
2. Podem ser declarados Honorários da *Irmandade da Misericórdia*, sem no entanto assumirem a qualidade efetiva de Irmãos, pessoas ou entidades que, pelo seu mérito social ou em recompensa de relevantes serviços prestados, sejam merecedoras de tal distinção.
3. A declaração de Benemérito e Honorário compete à Assembleia Geral mediante proposta da Mesa Administrativa, procedendo-se à sua inscrição em Livro especial próprio e passando-se-lhe o respetivo diploma.
4. Os Beneméritos e Honorários existentes à data de aprovação deste *Compromisso* manterão essa qualidade e gozarão dos direitos próprios, sem prejuízo de outros especiais que, entretanto, lhes tenham sido concedidos.

## **Artigo 51.º**

### **Sucessão de Instituições**

1. Sendo a *Irmandade da Misericórdia* designada para receber o património de alguma instituição extinta, a sua efetivação carece de aprovação da Assembleia Geral;
2. Cumprindo-se o disposto no número anterior, a *Irmandade da Misericórdia* sucederá à instituição extinta nos direitos e obrigações, nomeadamente no que respeita aos beneficiários, mas só responderá pelo pagamento das dívidas até ao valor dos bens que lhe tenham sido atribuídos;
3. O disposto no número anterior aplica-se igualmente à reversão de património que resulte da fusão ou cisão com outra instituição;
4. No caso de cisão as garantias dos credores não devem ser reduzidas, sendo o processo de cisão antecedido de parecer do membro do Governo responsável pela área da segurança social, ao qual compete verificar a existência de credores.

## **Artigo 52.º**

### **Dissolução**

1. A dissolução da *Irmandade da Misericórdia* processa-se nos termos da lei geral.
2. A Assembleia Geral só pode deliberar sobre a dissolução na sequência de convocatória expressamente efetuada para o efeito e carece de maioria qualificada, nos termos previstos no artigo 23.º do *Compromisso*.
3. A Assembleia Geral que deliberar a dissolução nomeará os liquidatários de entre os Irmãos presentes.
4. Em caso de extinção da *Irmandade da Misericórdia*, o remanescente dos respetivos bens, após os que tiverem o destino decorrente de vinculação legal ou compromissória específica, será, por deliberação da

Assembleia Geral e após ouvido o Bispo diocesano territorialmente competente, atribuído a outra Instituição de Misericórdia ou Instituição de expressão católica com finalidades idênticas.

5. Em caso de extinção da *Irmandade da Misericórdia*, competirá igualmente à Assembleia Geral eleger uma comissão liquidatária com poderes limitados à prática dos atos meramente conservatórios e necessários quer à liquidação do património social, quer à ultimização dos negócios pendentes.

6. Pelos atos restantes e pelos danos que deles advenham à instituição respondem solidariamente os titulares dos Órgãos Sociais que os praticaram;

7. Pelas obrigações que os titulares dos Órgãos Sociais contraírem a instituição só responde perante terceiros se estes estiverem de boa-fé e à extinção da instituição não tiver sido dada a devida publicidade.

### **Artigo 53.º**

#### **Dúvidas e Omissões**

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do *Compromisso* serão resolvidas ou integradas conformemente à lei e aos princípios gerais de direito, em reunião conjunta dos Órgãos Sociais convocada por iniciativa do Presidente da Mesa da Assembleia Geral ou mediante solicitação da Mesa Administrativa ou do Conselho Fiscal.

### **Artigo 54.º**

#### **Norma transitória**

1. Constituído por 54 artigos, o *Compromisso* revoga integralmente os anteriores textos compromissórios da *Irmandade da Misericórdia*, entrando em vigor imediatamente após aprovação em Assembleia Geral e cumprimento das demais formalidades exigidas por lei.

2. Nas matérias relativas aos Órgãos Sociais as alterações constantes do presente *Compromisso* só entram em vigor no final do mandato social em curso à data da sua publicação.